

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**João Victor de Sousa Oliveira**

**EMPREGO DOS PELOTÕES DE FRONTEIRA EM OPERAÇÕES NA SELVA  
E NO COMBATE AOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA E COMO IMPACTA  
NA SOBERANIA BRASILEIRA**

**Resende**

**2023**

	<p align="center"><b>APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA E EXTENSÃO ACADÊMICAS NA AMAN</b></p> <p align="center"><b>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL</b></p>	<p align="center"><b>AMAN 2023</b></p>
---	--	--

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL**

**TÍTULO DO TRABALHO: EMPREGO DOS PELOTÕES DE FRONTEIRA EM OPERAÇÕES NA SELVA E NO COMBATE AOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA E COMO IMPACTA NA SOBERANIA BRASILEIRA**

**AUTOR: JOÃO VICTOR DE SOUSA OLIVEIRA**

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de junho de 2023

  
 Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

O48e OLIVEIRA, João Victor de Sousa

Emprego dos pelotões de fronteira em operações na selva e nos combates aos problemas da Amazônia e como impacta na soberania brasileira / João Victor de Sousa Oliveira – Resende; 2023. 49 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Phelipe Menezes Maia  
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Amazônia. 2. Soberania. 3. Segurança. 4. Problemas ambientais.  
5. Pelotão Especial de Fronteira. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

**João Victor de Sousa Oliveira**

**EMPREGO DOS PELOTÕES DE FRONTEIRA EM OPERAÇÕES NA SELVA  
E NO COMBATE AOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA E COMO IMPACTA  
NA SOBERANIA BRASILEIRA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Phelipe Menezes Maia - Capitão

Resende  
2023

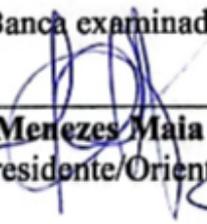
**João Victor de Sousa Oliveira**

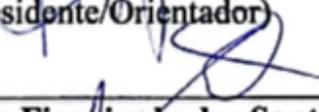
**EMPREGO DOS PELOTÕES DE FRONTEIRA EM OPERAÇÕES NA SELVA  
E NO COMBATE AOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA E COMO IMPACTA  
NA SOBERANIA BRASILEIRA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de junho de 2023:

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Phelipe Menezes Maia — Capitão**  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Antony Pablo Moura Figueiredo dos Santos — Capitão**

  
\_\_\_\_\_  
**Filipe Guilherme de Melo Lima — 1º Tenente**

Resende  
2023

Dedico este trabalho a Deus e a meus pais que sempre fizeram de tudo para que eu conseguisse realizar um dos meus sonhos que é ser Oficial do Exército Brasileiro.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me dar forças e sabedoria para que pudesse ultrapassar os obstáculos impostos durante a formação

Gostaria de agradecer ao meu orientador que no tempo em que ficou aqui me ajudou muito na minha formação.

Por fim, agradeço a minha mãe e meu pai por terem feito diversos sacrifícios para que hoje eu possa estar aqui e a minha noiva que sempre me apoiou e sempre esteve ao meu lado nos momentos que precisei, vocês são a minha base, sem vocês nada disso seria possível.

## RESUMO

### **EMPREGO DOS PELOTÕES DE FRONTEIRA EM OPERAÇÕES NA SELVA E NO COMBATE AOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA E COMO IMPACTA NA SOBERANIA BRASILEIRA**

AUTOR: João Victor de Sousa Oliveira

ORIENTADOR: Phelipe Menezes Maia

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, com uma biodiversidade ímpar somado a vasta riqueza em minérios e sua hidrografia tornam a região de fundamental importância para o Estado, principalmente, devido à ambição de grandes potências pela área. Com isso, esse complexo acaba sofrendo com problemas que coloca a soberania brasileira em risco, como o narcotráfico, desmatamento, extração ilegal de recursos minerais e madeiras, questões indígenas que fazem as grandes nações se utilizarem desses argumentos para influir sobre território brasileiro, podendo causar graves problemas ao país. O Exército Brasileiro é o principal meio utilizado pelo Estado para proteção da Amazônia com a utilização dos seus Batalhões de Infantaria de Selva e Pelotões Especiais de Fronteira que atuam em operações e em ações subsidiárias nesse território. Este trabalho se objetiva a avaliar a importância da atuação dos Pelotões de Fronteira em operações na selva e no combate aos problemas da região amazônica e como isso impacta na soberania nacional. Para isso, são analisadas as características e peculiaridades da região e seus principais problemas, a localização das Unidades de Infantaria e suas ações na área. Ademais, será analisado a soberania brasileira, bem como a ampliação do conceito de segurança pode interferir nessa questão, tornando-a vulnerável. Para servir de auxílio a esse trabalho, foi realizado um questionário com militares que serviram na região amazônica e participaram de missões nesse território, de maneira que suas respostas indicam um excelente desempenho das frações de infantaria sobre essa área. Por fim, após discussões, é expresso a importância desses pelotões para essa hileia e é sugerido uma adição das frações de infantaria nessa área.

**Palavras-chave:** Amazônia; Soberania; Segurança; Problemas Ambientais; Pelotão Especial de Fronteira.

## ABSTRACT

### USE OF BORDER PLATOONS IN OPERATIONS IN THE JUNGLE AND IN THE JUNGLE AND IN THE FIGHT AGAINST THE PROBLEMS OF THE AMAZON AND HOW IT IMPACTS ON BRAZILIAN SOVEREIGNTY.

AUTHOR: João Victor de Sousa Oliveira

ADVISOR: Phelipe Menezes Maia

The Amazon is the largest tropical forest in the world, with unique biodiversity and a vast wealth of minerals and hydrography, making the region of fundamental importance for the Brazilian state, mainly due to the ambition of great powers for the area. As a result, this complex ends up suffering from problems that put Brazilian sovereignty at risk, such as drug trafficking, deforestation, illegal mining and logging, and indigenous issues that use these arguments to influence Brazilian territory, which can cause serious problems for the country. The Brazilian Army is the main means used by the state to protect the Amazon, using its Jungle Infantry Battalions and Special Border Platoons to operate and perform subsidiary actions in this territory. The objective of this work is to evaluate the importance of the actions of the Border Platoons in jungle operations and in combating the problems of the Amazon region and how this impacts national sovereignty. For this, the characteristics of the region and its main problems are analyzed, the location of the Infantry Units and their actions in the area. In addition, Brazilian sovereignty is analyzed, and how the expansion of the concept of security may interfere in this matter, making it vulnerable. To assist in this work, a questionnaire was conducted with military personnel who served in the Amazon region and participated in missions in this territory, so that their responses indicate an excellent performance of the infantry fractions on this biome. Finally, after discussions, the importance of these platoons for this highland is expressed, and the addition of infantry fractions in this area is suggested.

**Keywords:** Amazon; Sovereignty; Security; Environmental problems; Special Border Patrol.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Comandos militares de Área .....	18
<b>Figura 2</b> – Biomas brasileiros .....	19
<b>Figura 3</b> – Organograma do atual CMA .....	20
<b>Figura 4</b> – Organograma do atual CMN .....	21
<b>Figura 5</b> – Organograma da 22 <sup>a</sup> Bda Inf SI e da 23 <sup>a</sup> Bda Inf SI .....	22
<b>Figura 6</b> – Disposição dos BIS e frações Especiais de Fronteira na Amazônia.....	23
<b>Figura 7</b> – Eixos de Segurança .....	27

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Postos e graduação dos entrevistados .....	33
<b>Gráfico 2</b> – Delimitação das Bda Inf SI que os entrevistados operaram .....	33
<b>Gráfico 3</b> – Período de atuação na região .....	34
<b>Gráfico 4</b> – Militares que comandaram uma Fração Especial de Fronteira .....	34
<b>Gráfico 5</b> – Média de Operações realizadas por ano .....	35
<b>Gráfico 6</b> – Crimes presenciados nas operações .....	36
<b>Gráfico 7</b> – Impacto dos crimes transfronteiriços na soberania .....	36
<b>Gráfico 8</b> – Operações de apoio a população .....	38
<b>Gráfico 9</b> – Integração do Exército para com a população indígena .....	38
<b>Gráfico 10</b> – Recepção da população indígena para com os militares .....	38
<b>Gráfico 11</b> – Opinião Pública da região para com o Exército Brasileiro .....	40
<b>Gráfico 12</b> – Trabalho realizado pelas frações de Infantaria .....	40
<b>Gráfico 13</b> – Possibilidade de criação de mais Unidades de Infantaria na região .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALEAM	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
AM	Amazonas
Art.	Artigo
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
CComGEx	Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
CEF	Companhia Especial de Fronteira
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
COBRA	Combatente Brasileiro
Covid-19	<i>Corona Virus Disease-19</i>
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CV	Comando Vermelho
DEF	Destacamento Especial de Fronteira
EB	Exército Brasileiro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
G1	Portal de notícias da Globo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
MD	Ministério da Defesa
OM	Organização Militar
ONG	Organização Não Governamental
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Pará
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PND	Política Nacional de Defesa
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RM	Região Militar
RO	Roraima
UCB	Unidade de Conservação do Brasil
UNODOC	United Nations Office on Drugs and Crime Web Site
WWF	World Wide Fund

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 OBJETIVOS .....	14
1.1.1 Objetivo geral .....	14
1.1.2 Objetivos específicos .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1 AMAZÔNIA .....	15
2.1.1 Relevô .....	15
2.1.2 Hidrografia .....	15
2.1.3 Biodiversidade .....	16
2.1.4 Riqueza mineral .....	16
2.1.5 Principais problemas que ocorrem na Amazônia .....	17
2.2 OS PELOTÕES DE INFANTARIA NA AMAZÔNIA .....	18
2.2.1 Disposição das frações de Infantaria na Amazônia .....	18
2.2.2 O Comando Militar da Amazônia .....	19
2.2.3 O Comando Militar do Norte .....	21
2.2.4 Operações realizadas pelos Pelotões De Infantaria .....	23
2.3 SOBERANIA E SEGURANÇA NACIONAL .....	24
2.3.1 Definição do conceito de soberania .....	24
2.3.2 Ampliação do conceito de segurança .....	25
2.3.3 A soberania e as Forças Armadas na legislação brasileira .....	27
2.4 INFLUÊNCIA DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA NA SOBERANIA .....	28
<b>3 REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....	31
3.1 TIPOS DE PESQUISA .....	31
3.2 MÉTODOS .....	31
3.3 ETAPAS DA PESQUISA .....	31
3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA .....	32
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO</b> .....	46
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia - maior floresta tropical do mundo e que possui grande valor político, estratégico e econômico – possui um território que faz parte de 9 países da América do Sul, com isso, 67,8% dessa área total está localizada no Brasil, fazendo assim com que seja de grande relevância cuidar, proteger e assegurar a soberania brasileira nessa zona. Essa região abrange um grande poder hidrelétrico, muito se deve ao fato de ter a maior bacia hidrográfica do mundo além de ter grandes reservas naturais e uma biodiversidade ímpar, fazendo assim com que aumente cada vez mais o interesse de grandes nações sobre essa região e o desejo de controlar e possuir parte dessa faixa.

A cobiça internacional cresce gradativamente nessa região, as grandes potências mundiais se aproveitam de questões ambientais como o desmatamento e as queimadas ocorridas na Amazônia para querer interferir, inferindo que o Brasil não consegue resolver esses problemas sozinho, ameaçando, assim, a soberania nacional. Outro grave problema que vem aumentando muito nos últimos anos é o narcotráfico na fronteira que acaba contribuindo para essa narrativa das grandes potências, deixando, assim, o País mais vulnerável a essas ameaças internacionais devido à ampliação do conceito de segurança.

Para combater esses problemas e mitigar ao máximo essas ameaças, o Exército Brasileiro possui diversos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) na Amazônia e trabalha diuturnamente com seus Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em operações na selva, em ações cívico-sociais e no combate aos delitos da região.

O objetivo deste estudo é analisar o emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira em Operações na Selva e no combate aos problemas da Amazônia e como isso impacta na soberania Brasileira.

O trabalho está organizado em 5 Capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, que apresenta uma visão geral do tema, discute a questão do trabalho e justifica a escolha do assunto para a pesquisa, além de explorar os objetivos gerais e específicos do estudo. O segundo capítulo possui o referencial teórico no qual é apresentado o resultado das pesquisas e documentos que fundamentam a pesquisa. O terceiro capítulo é composto pelo referencial metodológico que irá expor os resultados que foram obtidos através dos formulários enviados a militares que já tiveram oportunidade de operar na selva, objetivando coletar dados para o trabalho. O quarto capítulo associa os resultados da pesquisa através de discussões pertinentes. Já o quinto e último capítulo é composto pelas considerações finais do trabalho e os resultados e resposta ao problema disposto na introdução.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Avaliar o emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira em Operações na Selva e nos combates aos problemas da Amazônia e como isso impacta na soberania nacional.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Detalhar os aspectos do ambiente amazônico e mostrar o porquê ela é tão importante e tão cobiçada.

Definir o conceito de soberania e a ampliação do conceito de segurança e como essa expansão pode impactar na soberania brasileira.

Identificar os problemas que incidem na região amazônica e observar como afeta a soberania brasileira.

Identificar o local dos Batalhões de Infantaria de Selva e dos seus destacamentos de fronteira na Amazônia.

Analisar as ações desenvolvidas pelos pelotões de fronteira no ambiente amazônico e sua importância para o país.

Concluir sobre a relevância dos pelotões de fronteira e como suas operações interferem na soberania da Amazônia.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AMAZÔNIA**

Segundo Gheller, Gonzales e Melo (2015), a Amazônia ocupa 7,8 milhões de quilômetros quadrados na América do Sul e 67,8% desse território está contido no Brasil, ocupando, aproximadamente, 49,29% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Essa região detém a maior biodiversidade e bacia hidrográfica do mundo e contém um alto potencial hidrelétrico devido aos seus rios de planalto, além de uma enorme quantidade de madeiras nobres.

Além disso, a região amazônica tem uma forte presença de riquezas minerais que agregam um valor muito grande a região, fazendo assim com que aumente a cobiça internacional. Assim como defende o Instituto Socioambiental, a Amazônia detém as maiores reservas do mundo de Nióbio e a segunda maior reserva de Potássio do planeta, porém, a exploração ainda é um entrave porque a maior parte está localizada em áreas indígenas.

#### **2.1.1 Relevo**

De acordo com a Torrezani (2018), a maior parte do relevo da região amazônica que se encontra dentro do território brasileiro é composta por planícies, que apresentam uma elevação média de cerca de 200 metros. Essas planícies são constantemente inundadas pelas águas dos rios. Há ainda uma região de planaltos, principalmente na fronteira com a Venezuela, onde existe algumas serras, como as de Taperapecó, Imeri e Parima. Na serra de Imeri fica o Pico da Neblina com aproximadamente 3000 metros de altitude, sendo assim o pico mais alto do País. Essa característica de relevo torna a Amazônia única, pois a predominância desse terreno mais aplainado é um dos motivos que permitem a região possuir uma tão grande rede hidrográfica, com grande proporção dos cursos dos rios sendo navegáveis e ainda seus rios de planalto possibilitando um grande poder hidrelétrico.

#### **2.1.2 Hidrografia**

Conforme defende a Agência Nacional das Águas (2015), a bacia Amazônica ocupa sete países (Brasil, Colômbia, Bolívia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela), iniciando nos Andes peruanos e findando na foz do rio Amazonas. A bacia Amazônica é a maior do mundo,

detendo 110 afluentes e desaguando 175 milhões de litros de água no mar e também detém a maior reserva de águas superficiais do planeta, muito pelo fato de possuir o maior aquífero em volume de água disponível – Aquífero Alter do Chão. O seu principal rio é o Amazonas, ele se caracteriza por ser o rio mais largo do mundo e possui mais de mil afluentes, sua extensão é de aproximadamente 6400 km e ele é um grande responsável pelo desenvolvimento da floresta segundo *World Wide Fund* Brasil.

### **2.1.3 Biodiversidade**

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (PNUMA/OTCA) (2008), a biodiversidade da Amazônia é um sustentáculo para seu desenvolvimento. Sua fauna e flora é tão grande que é amplamente aceito que não foram documentadas em sua totalidade e frequentemente novas espécies são inventariadas. Na região existem ao menos 311 mamíferos, 1300 aves, 237 répteis, 232 anfíbios e 1800 peixes. Essa vasta fauna também serve de alimento para os povos locais, além de servir também para usos medicinais e ritualísticos.

O Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) defende que essa Hiléia latifoliada é conhecida principalmente por sua floresta que se destaca pela sua extensão, frutos, beleza e tamanho. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, as árvores de grande porte totalizam 1/3 do total da madeira tropical do mundo. Além disso, mais de 2000 plantas são utilizadas para alimentação, uso medicinal e outros fins.

### **2.1.4 Riqueza Mineral**

Conforme a Unidade de conservação do Brasil (UCB), quase metade do território da Amazônia foi formado na era do período pré-cambriano, logo tem grande potencial para depósitos minerais de ferro, manganês, cobre, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, nióbio, potássio entre outros.

Entretanto, na opinião do presidente da Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás e Energia da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), deputado Sinésio Campos (Partido dos Trabalhadores) o maior entrave para exploração desses minérios é a demarcação de terras indígenas em territórios com alta potencialidade comercial. Um exemplo atual dessa situação ocorre no município de São Gabriel da cachoeira no estado do Amazonas, onde estão localizadas reservas de potássio e nióbio classificadas como uma das

maiores do mundo, apesar da alta viabilidade comercial, não pode ser explorada comercialmente porque está localizada em território indígena e dentro das áreas de proteção ambiental Parque Nacional do Pico da Neblina.

### **2.1.5 Principais problemas que ocorrem na Amazônia**

A Amazônia hoje devido sua vulnerabilidade transfronteiriça e seu vazio demográfico é alvo de alguns crimes como garimpo ilegal, tráfico de armas, pessoas e drogas, contrabando, descaminho e exploração ilegal de madeira. Ademais, o IBAMA estimou que o Brasil tem um prejuízo de aproximadamente 600 milhões de reais a cada ano devido a biopirataria.

Segundo o *United Nations Office on Drugs and Crime* (2014), devido a posição geográfica do Brasil, a Amazônia brasileira é uma rota primária obrigatória dos fluxos de cocaína que se direciona para a Europa e África, além de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) terem conectividade com os cartéis colombianos. Essa vulnerabilidade transfronteiriça coloca a soberania brasileira em risco, visto que, a região amazônica virou um corredor para o tráfico, alimentando outros tipos de crimes como o contrabando de armas.

Conforme defende *WWF* Brasil, a extração ilegal de madeira é um dos principais fatores da destruição da floresta amazônica e de acordo com um levantamento feito pela Rede Simex 40% de toda a extração de madeira feita na Amazônia é ilegal e 15% dessa extração ilegal ocorreu em áreas de conservação ou áreas indígenas. Esse fato leva a consequências graves como a perda de biodiversidade e aumento do risco de extinção de animais silvestres.

Segundo a Agência Brasil (2023), a mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1217% nos últimos 35 anos. O garimpo ilegal com sua exploração pode causar danos irreparáveis ao bioma amazônico devido ao fato de lançar uma quantidade considerável de mercúrio na natureza durante sua exploração.

De acordo com o *Pensamento Verde* (2013), a biopirataria (utilização de obra-prima e espécies nativas do Brasil pelas indústrias estrangeiras de madeira ilegal) é um dos problemas que assolam o território brasileiro, um exemplo claro ocorrera com a fruta açaí, que foi patentado pela empresa japonesa K.K. EYELA Corporation. Além do açaí, o cupuaçu, acerola, espinheira santa também foram vítimas da biopirataria. Algumas dessas espécies já voltaram a pertencer ao Brasil, porém, outros ainda estão sendo disputados na justiça.

## 2.2 OS PELOTÕES DE INFANTARIA NA AMAZÔNIA

### 2.2.1 Disposição das frações de Infantaria na Amazônia

Objetivando analisar como os pelotões especiais de fronteira, os quais são todos de infantaria, podem influenciar na região Amazônica é necessário observar como essa arma do Exército Brasileiro (EB) está desdobrada na porção norte do país (Figura 6). Conforme Negreiros (2017), o EB é fragmentado em 8 Comandos Militares de Área (Figura 1), isso ocorre para demarcar a área de atuação, facilitar operações em locais com aspectos similares e auxiliar a coordenação e controle por parte do Alto Comando do EB. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2004), demonstra a expansão da floresta amazônica e a porção do país que ocupa conforme a Figura 2.

Comparando essas informações (Figura 1 e 2) é possível observar que a maior porção do bioma amazônico está localizado no Comando Militar da Amazônia (CMA) e no Comando Militar do Norte (CMN). Logo, é necessário realizar uma análise pormenorizada das posições das Unidades de infantaria e dos PEF que pertencem a esses dois comandos de área do Exército com o objetivo de identificar quais frações atuam nessa área.

**Figura 1** – Comandos Militares de Área



Fonte: CComGEx (2017)

**Figura 2 – Biomas Brasileiros**

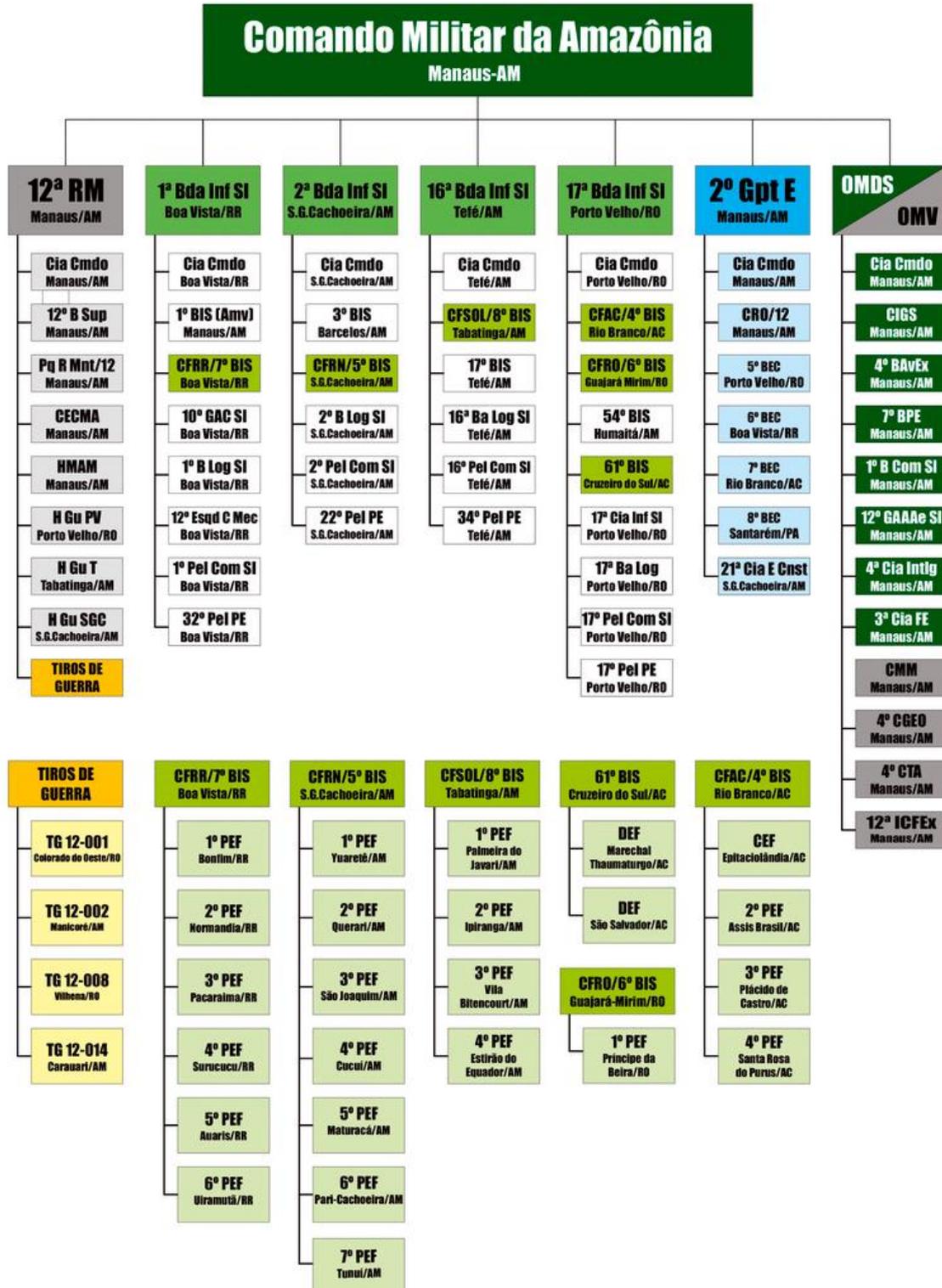
Fonte: IBGE (2004)

### 2.2.2 O Comando Militar da Amazônia

Conforme a Síntese Histórica disponibilizada pelo Comando Militar da Amazônia (2022), esse comando de área foi criado em 27 de outubro de 1956 com sede em Belém/PA pelo Decreto N° 40.179 assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e pelo Ministro da Guerra, General de Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira LOTT. O CMA, atualmente, possui sede em Manaus/AM e compreende o território denominado como Amazônia Legal, tendo sob sua jurisdição os estados Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e sua extensão territorial é de aproximadamente 2.185.175,86 km<sup>2</sup>, uma fronteira de 9.925 km e 151 municípios. O atual comando do CMA conhece as dificuldades que tem pela frente e, porém, não se afasta do legado de valentia deixado pelos seus antepassados, mantendo a trilogia “VIDA, COMBATE E TRABALHO” não medindo esforços, nem sacrifícios para colaborar com o desenvolvimento sustentável e a preservação da Amazônia Brasileira.

Segundo o CMA (2016), o seu organograma atual é composto pela 12<sup>a</sup> Região Militar (RM) que compreende quatro Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf SI), essas brigadas possuem 10 BIS e uma Companhia de Infantaria de selva localizada em Porto Velho (RO). Esses batalhões englobam vinte e um PEF e uma Companhia Especial de Fronteiras (CEF) e dois Destacamento Especiais de Fronteira (DEF) (Figura 3).

Figura 3 – Organograma do atual CMA



Fonte: Comando Militar da Amazônia (2016)

### 2.2.3 O Comando Militar do Norte

Conforme a síntese histórica do CMA (2022), o Comando Militar do Norte foi criado através do decreto nº 8053 no dia 11 de julho de 2013 para melhorar e facilitar as operações que acontecem no território amazônico de modo que o CMA atua na Amazônia legal focado em delitos transfronteiriços como contrabando e tráfico de armas e drogas e o CMN atua na Amazônia Oriental em ações de Garantia da Lei e da Ordem, com ações subsidiárias com enfoque que visa à proteção de infraestruturas estratégicas como o desmatamento, combate a exploração ilegal de recursos naturais e problemas sociais como a posse de terras.

Segundo o CMN (2022), esse Comando de Áreacompreende os estados do Amapá, do Pará, do Maranhão e o norte do Tocantins, além de ser responsável pela proteção de aproximadamente 20% do país, abrangendo cerca de 1,73 milhão de quilômetros quadrados e 1.890 quilômetros de fronteira terrestre com a Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de 2.200 quilômetros de costa. Ainda nesse território estão presentes infraestruturas estratégicas de grande importância pra nação, como hidrelétricas que produzem cerca de 15% de toda energia elétrica do país.

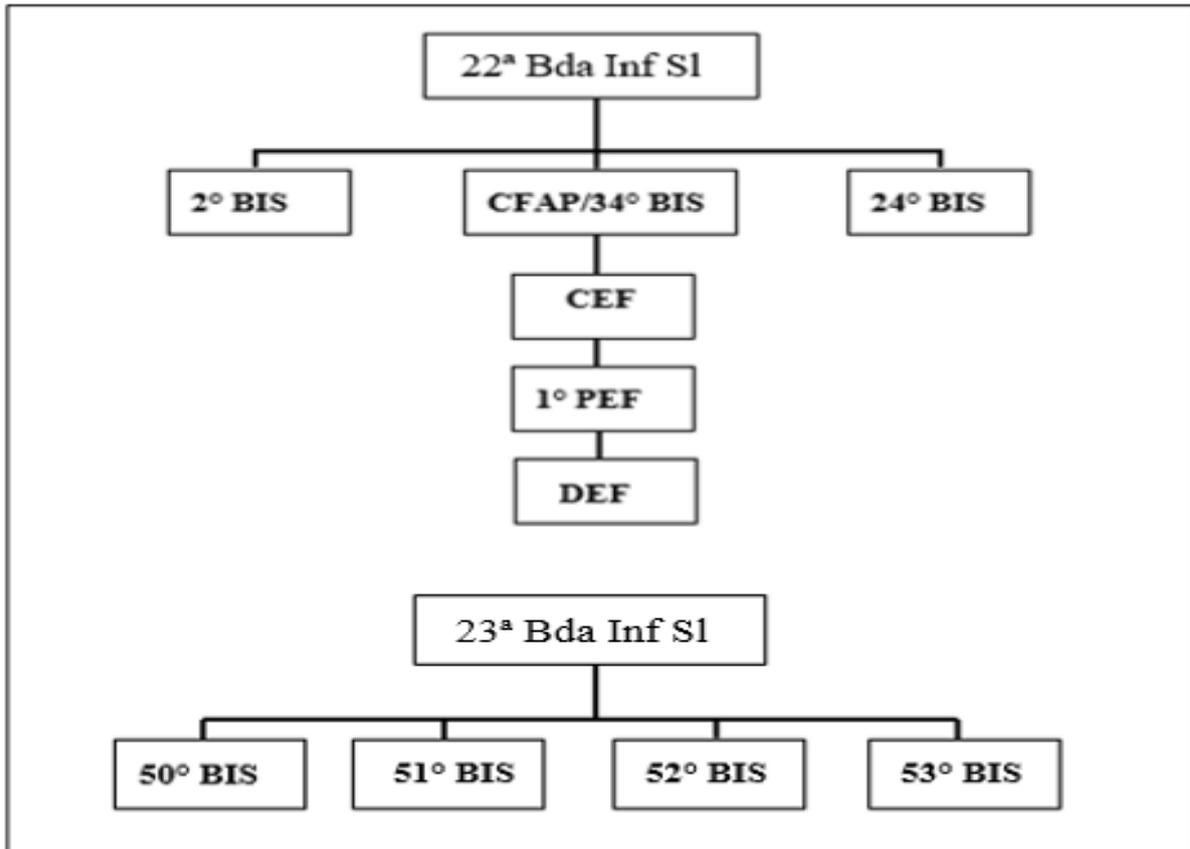
Conforme o CMN (2022), e a Figura 5 (2020), o CMN compreende a 22ª Bda Inf SI e a 23ª Bda Inf SI, sendo a primeira constituída pelo 2.º BIS (Belém, Pará), 24º BIS (São Luís, Maranhão) e pelo Comando de Fronteira Amapá/34º BIS (Macapá, Amapá), o qual possui uma CEF (Oiapoque, Amapá), o 1.º PEF (Tiriós, Pará) e um DEF (Vila Brasil, Amapá). Já a 23ª Bda Inf SI possui o 50.º BIS (Imperatriz, Maranhão), o 51.º BIS (Altamira, Pará), o 52.º BIS (Marabá, Pará) e 53.º BIS (Itaituba, Pará).

**Figura 4** – Organograma do CMN



Fonte: Comando Militar do Norte (2016)

**Figura 5** - Organograma da 22ª Bda Inf SI e da 23ª Bda Inf SI



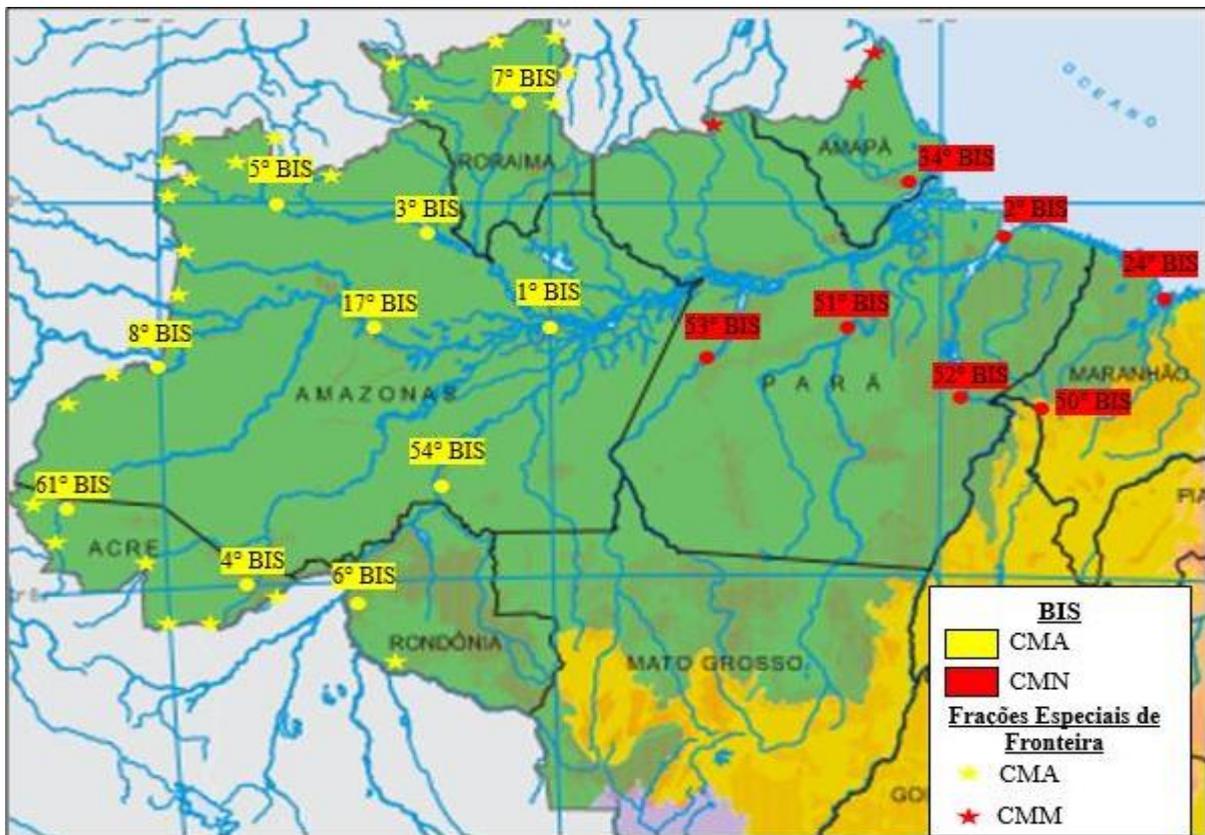
Fonte: 1º Ten Igor Silva (2020)

Segundo o Ministério da Defesa (MD) (2012), a partir do Livro Branco de Defesa Nacional a Amazônia é prioridade de defesa nacional devido ser dada maior atenção a área tanto na sua articulação quanto equipamento devido ao interesse de outros países na exploração e na internacionalização da Amazônia. O Exército está alinhado com essa diretriz e atualmente está implementando o Projeto Combatente Brasileiro (COBRA) na região, visando melhorar o equipamento e o adestramento das tropas nessa região.

Paralelamente a isso, no Livro Branco de Defesa Nacional também consta o Programa Amazônia Protegida, o qual tem como objetivo aumentar gradativamente o número de PEF existentes e modernizar os que já existem de modo que fortaleça a estrutura operacional e logística do CMA. Por isso, os PEF e BIS já existentes são de suma importância para a manutenção e defesa desse bioma tão cobiçado, visto que, ocupam e defendem uma grande faixa territorial dessa região. Ainda assim, é necessário que o Programa Amazônia Protegida dê continuidade, pois ainda é necessária uma ampliação dessas frações devido à importância e a extensão desse bioma.

A Figura 6 (2020) compreende a atual localização dos BIS e Frações Especiais (PEF, CEF, DEF) de infantaria tanto do CMA quanto CMN. É possível observar que existe uma quantidade considerável de frações de infantaria, todavia, dada a extensão fronteiriça do Brasil, percebe-se a real necessidade de ampliação de frações militares na fronteira, a fim de melhor resguardar essa crítica região, tanto na fronteira quanto no interior do bioma, onde o Exército Brasileiro só se faz presente durante as ações e operações que ocorrem nessa área, tornando assim essas áreas vulneráveis a ação do crime organizado, organizações internacionais, garimpeiros e outros problemas que vulnerabiliza a soberania brasileira.

**Figura 6** - Disposição dos BIS e Frações Especiais de Fronteira na Amazônia



Fonte: 1º Ten Igor Silva (2020)

#### 2.2.4 Operações realizadas pelos Pelotões De Infantaria

O Exército Brasileiro está empenhado diuturnamente em operações na Amazônia, firmando assim seu compromisso em garantir a soberania brasileira e combater os delitos transfronteiriços do nosso país, juntamente com ações subsidiárias de suporte ao povo local.

De acordo com o EB (2023) em fevereiro, o Exército em conjunto com a Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis Naturais (IBAMA),

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Força Nacional de Segurança Pública, fizeram uma operação de grande vulto para a destruição de aeronaves e maquinários do garimpo na Terra Indígena Yanomami.

Segundo as Terras Indígenas do Brasil (2017), a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), do Exército Brasileiro, realiza a Operação Curare VIII em todo o Estado de Roraima. A Operação transcorre em ação conjunta com órgãos estaduais e visa reforçar a presença do Estado Brasileiro na região, contribuir no combate as infrações transfronteiriças e ambientais, realizar ações cívico-sociais como atendimento de saúde e odontológico da população local.

Além dessas operações, o EB atua também em ações subsidiárias, a exemplo da Operação Acolhida, que ocorre em Roraima, e foi criada em 2018 pelo Governo Federal, essa operação consiste em oferecer assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima.

De acordo com o Exército Brasileiro (2021) em maio, o 1º BIS prestou apoio logístico ao Distrito de Saúde Rural para vacinação contra a covid-19 em comunidades ribeirinhas localizadas na região metropolitana de Manaus (AM).

## 2.3 SOBERANIA E SEGURANÇA NACIONAL

### 2.3.1 Definição do conceito de soberania

Segundo Beçak (2013), a soberania existe quando há um exercício de poder e esse não é contestado, havendo assim uma devida obediência, aceitando e reafirmando assim esse exercício de poder.

Atualmente, o sentido que melhor representa a realidade é feito por Celso Bastos em seu Curso de Direito Constitucional (1994), em que ele fraciona a soberania em interna e externa, aplicando os princípios de hierarquização para compreender e definir o conceito de soberania. Bastos com seu pensamento conseguiu caracterizar bem o conceito no seguinte trecho:

A soberania se constitui na supremacia do poder dentro da ordem interna e no fato de, perante a ordem externa, só encontrar Estados de igual poder. Esta situação é a consagração, na ordem interna, do princípio da subordinação, com o Estado no ápice da pirâmide, e, na ordem internacional, do princípio da coordenação. Ter, portanto, a soberania como fundamento do Estado brasileiro significa que dentro do nosso território não se admitirá força outra que não a dos poderes juridicamente constituídos, não podendo qualquer agente estranho à Nação intervir nos seus negócios. (BASTOS, 1994, p. 97)

É possível concluir que a visão weberiana de Beçak está correta, porém Bastos em sua obra complementa e vai além, de modo que deixa explícito que a soberania nacional é a capacidade do Estado administrar suas adversidades e seus comércios internos sem a interferência de outros governos ou organizações que não sejam ou façam parte dos poderes constitucionais brasileiros, tendo supremacia e domínio perante todos os brasileiros.

Para analisar a soberania de um Estado é necessário conhecer como a segurança dele pode ser assegurada e para isso é necessário compreender a ampliação que esse conceito vem sofrendo no contexto das Relações Internacionais.

### **2.3.2 Ampliação do conceito de segurança**

Segundo Targino Silva (2015), o estudo das Relações internacionais iniciou de fato após a Primeira Guerra Mundial. Devido aos conflitos ocorridos pelo mundo com uma certa frequência, muitos pensadores começaram a estudar esses eventos e criar teorias sobre, com isso, percebeu-se que duas teorias assumiram papel de destaque: Realismo e Liberalismo, nessas teorias a paz e a guerra sempre foram o centro de estudos no que se refere a maneira interação entre as nações e a busca por uma sensação de segurança por parte delas. Ao passar do tempo, essas teorias foram se adequando a realidade ocasionando uma ampliação no conceito de segurança, influenciando dessa forma a soberania dos países.

Assim como defende Targino Silva (2015), o Realismo é a principal corrente das Relações Internacionais, foi baseada nos textos de Tucídides e considera que o importante nas Relações Internacionais é a disputa pelo poder onde tudo se justifica pelo interesse nacional, onde o principal ator do sistema internacional é o Estado e seu principal objetivo é a sobrevivência. Essa corrente acredita que as maiores ameaças a segurança e soberania dos Estados seriam a outros países, de modo que é necessário haver um equilíbrio de poder, pois um sistema unipolar é, naturalmente, instável, pois Estados menores tenderão a aliar-se contra o Estado hegemônico, porém, sistemas bipolares também são instáveis, pois haverá sempre uma disputa entre os dois maiores atores pela hegemonia.

De acordo com Targino Silva (2015), o Liberalismo acredita que as Relações Internacionais não são compostas somente pelos Estados, acreditam na real importância dos indivíduos, das organizações internacionais e da Igreja, entre outros. Para os liberais é necessário constituir um sistema internacional de maneira que os Estados através dos seus indivíduos possam compartilhar suas aspirações e demandas de maneira que a guerra se torne inexistente. Logo, seria possível a formação de organizações supranacionais as quais ditariam

o cenário mundial, uma grande idealização desse pensamento foi a criação da Liga das Nações após fim da Primeira Guerra Mundial.

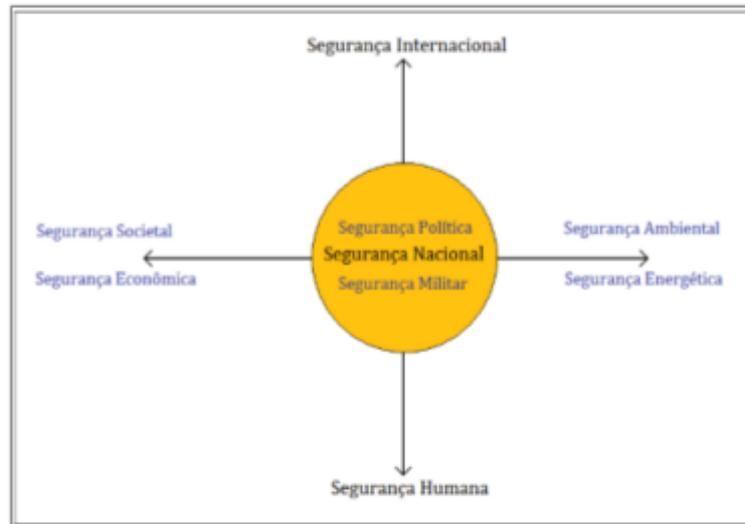
Segundo Targino Silva (2015 apud ROBOREDO, 2010), na época da Guerra Fria, as relações internacionais eram conduzidas por uma bipolaridade resultante da luta de ideologias (Capitalismo e Comunismo) prevalecendo nessa época a teoria realista altamente direcionada para a defesa territorial. Entretanto, findando essa luta e a eclosão da Globalização, o conceito de segurança se expandiu, pois emergiram ameaças novas que não respeitam as delimitações de fronteira das nações. Atualmente, áreas como econômica, humana, social, política, ambiental e coletiva, começam a influenciar a segurança de uma nação.

Rafael Duarte Villa pode caracterizar de maneira concisa e eficaz essa modificação do conceito de segurança no seguinte texto:

No final do século XX, um conjunto de “novas ameaças”, não necessariamente militares, com capacidade de cruzar fronteiras nacionais e potencial para colocar em risco a integridade política e social das sociedades, começa a ganhar destaque. Em outros termos, consolidam-se novos fenômenos de segurança antes ocultos e diluídos pelo debate em torno da Guerra Fria (VILLA, 1999, p. 99).

O autor Villa (1999), defende que a sociedade está propícia à ação de atores não estatais, principalmente após o fim da Guerra Fria, logo as ameaças a soberania de um Estado atingem outro nível. Essas novas ameaças são chamadas de atores transnacionais — movimentos que transpõe fronteiras nacionais de modo que pelo menos um dos atores é não governamental. Esses atores podem ser um discurso de um presidente ou então grupos de proteção ambiental, através de reportagens ou mobilização de recursos podem influenciar a população gerando assim uma instabilidade e culminando com o aparecimento de movimentos emergentes ou até mesmo protestos, colocando assim o Estado em uma situação de vulnerabilidade. Portanto, observa-se que a ideia de segurança abrangeu seu conceito, considerando novos atores, saindo da esfera político-militar (defesa de fronteiras).

Conforme Marques e Medeiros Filho (2014), o conceito de segurança pode ser compreendido melhor sendo dividido em dois eixos, sendo um vertical, onde aconteceu um aprofundamento, de modo que existem três níveis nesse eixo atualmente, sendo eles: Segurança Humana (Individual), Segurança Internacional (Transnacional), Segurança Nacional (Estatal). O outro eixo é o horizontal que aumentou recentemente de forma a abranger além da esfera tradicional (político-militar), a área social, econômica, ambiental e energética, conforme se observa na figura abaixo.

**Figura 7 - Eixos da Segurança**

Fonte: Marques e Medeiros Filho (2014).

Portanto, o Estado não deve se preocupar apenas com a proteção das fronteiras nacionais, devido ao fato de novos atores internacionais influírem na segurança e por consequência na soberania brasileira, fazendo assim esses conceitos estarem condicionados a diversos outros fatores. Esse fato deixa a soberania vulnerável ficando suscetível a diversas ameaças, criando nas instituições que devem protegê-la, principalmente, o Exército Brasileiro, uma maior responsabilidade para garantir sua manutenção.

### 2.3.3 A soberania e as Forças Armadas na legislação brasileira

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) (BRASIL, 1988), um dos fundamentos que faz o Brasil ser um Estado Democrático de Direito é a soberania. A CRFB/88 (BRASIL, 1988) no seu Art. 142 diz que as Forças Armadas são instituições permanentes e regulares, dedicam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

Na Lei Complementar nº 97 do ano de junho de 1999 (BRASIL, 1999) no seu Art.16-A diz que além da missão principal, citada acima, as Forças Armadas também atuam através de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira e em ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional como contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais, atuar nos setores de saúde e educação, apoiar as comunidades indígenas da região Amazônica por intermédio dos Pelotões Especiais de Fronteira e oferecer apoio em calamidades públicas, emergências sociais e promover campanhas de saúde pública.

O Plano de Defesa Nacional (2012) diz que o Exército Brasileiro além de garantir a preservação dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem e das ações subsidiárias, ainda deve contribuir para a preservação da soberania. A importância é tamanha que no principal documento de defesa do país define segurança discorrendo o quanto ela interfere na soberania do Brasil, com isso o Exército Brasileiro tem papel de extrema importância na manutenção, visto que, tem um papel fundamental na defesa da Amazônia por possuir diversas Unidades e frações na região para defender esse território, contribuindo, assim, para a preservação da soberania do Brasil.

## 2.4 INFLUÊNCIA DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA NA SOBERANIA

A Cobiça Internacional pelos mais de dois milhões de quilômetros dessa hileia latifoliada não é recente, desde o período colonial já é possível perceber o interesse de diversos Estados pela região Amazônica. Segundo Meira Mattos (1980), Portugal já travou batalhas com ingleses, franceses e holandeses protegendo a região da foz do Amazonas, garantindo assim a soberania do País desde aquela época. Os esforços do governo português e em seguida do governo brasileiro sempre foram no sentido de consolidar a fronteira amazônica e evitar a interferência de outros Estados sobre o território amazônico.

Segundo Paiva (2006), no século XIX existia um plano dos Estados Unidos da América que tinha como objetivo ocupar a região da Amazônia, de modo que mandaria os negros norte-americanos para essa região com intuito de explorar borracha e algodão. Nesse contexto, os Estados Unidos da América pressionaram o governo brasileiro para que abrissem a navegação do Rio Amazonas para as nações amigas. O Comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, defendia a livre navegação na área dizendo que o Rio Amazonas deveria ser adicionado ao status do Direito Marítimo.

Conforme defende Costa e Alves (2018), a ameaça da internacionalização da Amazônia voltou a pairar sobre o território brasileiro na década de 1970, sendo escondido atrás do subterfúgio da questão ambiental. Na Conferência de Estocolmo e na Eco-92, esses discursos ambientalistas fomentaram de maneira muito mais incisiva, alegando que os problemas ambientais podem causar uma ameaça de domínio internacional. Um trecho que explica bem essa ideia é o texto de Nascimento (2013):

O mau gerenciamento dos recursos naturais era tido como um perigo para toda a humanidade e abria espaço para intervenções. Discursos com esse tom foram muito comuns vindos de potências mundiais, que curiosamente, não possuíam (nem

possuem) políticas de desenvolvimento nacionais cunhadas pelo desenvolvimento sustentável e pela preocupação com o bem-estar da população mundial e/ou preservação ambiental (NASCIMENTO, 2013, p. 40)

A França é um Estado que frequentemente se utiliza de discursos ambientalistas com o objetivo de gerar instabilidade no Brasil para poder interferir na soberania da região amazônica e defender sua internacionalização. Em 1989, o ex-presidente da França François Mitterrand declarou que o Brasil deve reconsiderar sua soberania perante essa floresta.

Recentemente no ano de 2021, o ministro do Comércio Exterior da França, Franck Riester, em uma audiência para o senado francês voltou a falar sobre esse assunto em um discurso ambientalista no qual disse que: “A floresta amazônica não pertence somente aos brasileiros, mas sim a humanidade”. Essas ações mostram de forma clara que ainda existem países que não respeitam a soberania brasileira sobre sua porção da Amazônia, de forma que seja imprescindível o Brasil proteger a região com medidas estratégicas de integração e desenvolvimento, além de utilizar as Forças Armadas para garantir a proteção e a soberania dessa área.

Além da questão ambiental, também existem outros fatores que ameaçam a soberania da Amazônia, um desses fatores é o narcotráfico. Em 2018, o ex-comandante do Exército General Villas Bôas deu uma entrevista para o Portal de notícias da Globo (G1) onde afirmou que a primordial ameaça a soberania do Brasil é o tráfico de drogas. O narcotráfico na Amazônia afeta a soberania brasileira, não só pela sua capacidade de minar a segurança nacional e a estabilidade política na região, mas também pelo impacto ambiental que pode gerar, visto que diversos traficantes utilizam a região para produzir drogas, o que pode acarretar o desmatamento da floresta levando a degradação e o aumento da poluição.

Segundo Gheller, Gonzales e Melo (2018), além das questões ambientais e do narcotráfico, a questão indígena também é um dos motivos que deixam a soberania brasileira vulnerável. Na Amazônia existem diversas Organizações Não Governamentais (ONG) que dificultam as medidas de integração nacional com a população indígena, pois patrocinam a ideia da divisão do índio com a população, trazendo assim instabilidade para essa área. Ademais, muitas dessas organizações recebem ajuda financeira de potências internacionais, de maneira que essas potências em muitos casos utilizam essas ONG para pesquisar sobre esse território.

Portanto, é possível observar que existem três principais questões que impactam negativamente a soberania brasileira. A primeira é a questão ambiental que é a mais recorrente e visa a internacionalização da Amazônia. A segunda é a questão do narcotráfico, visto que a região amazônica se tornou um corredor internacional do narcotráfico para o resto do mundo.

A terceira é a questão indígena em que potências internacionais se beneficiam da fragilidade de integração indígena nessa região para obter benefícios e causar instabilidade na região.

### **3. REFERENCIAL METODOLÓGICO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Diversos tipos de investigação foram empregados, além de uma pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa quantitativa com oficiais e sargentos que exerceram atividades na região amazônica, tanto no Comando Militar do Norte quanto no Comando Militar da Amazônia, e que tiveram a oportunidade de fazer parte de um pelotão especial de fronteira.

#### **3.2 MÉTODOS**

A referida pesquisa teve como finalidade investigar o período que cada militar atuou na região, quantas missões os pelotões realizam, em média, anualmente nessa região e quais operações foram executadas pelos mesmos. Ademais, buscou-se verificar quais delitos foram observados nessas operações, qual é a percepção dos militares sobre a importância de sua atuação e seus efeitos sobre a Amazônia. Por conseguinte, também investigaram-se como os povos indígenas acolhem os militares, conforme a perspectiva destes últimos, bem como qual é a opinião pública sobre o trabalho do Exército Brasileiro (EB), segundo os entrevistados.

#### **3.3 ETAPAS DA PESQUISA**

Para a coleta de dados, foi utilizado um formulário virtual (Anexo A) que empregou questões de múltipla escolha e caixas de seleção a fim de garantir a precisão dos dados coletados. O método indutivo foi empregado na pesquisa, seguindo suas etapas que consistem na observação dos dados, análise dos fatos, formulação de uma hipótese e verificação da mesma. A pesquisa teve início com a criação de um questionário adequado aos objetivos do estudo, que foi posteriormente verificado com o Oficial Orientador quanto à qualidade e quantidade das perguntas e respostas. Depois de corrigido e ratificado, o formulário da pesquisa foi amplamente divulgado para alcançar entrevistados de todas as Brigadas de Infantaria de Selva, com o objetivo de obter uma compreensão geral da atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira na região. Por fim, os dados foram minuciosamente analisados para atingir os objetivos da pesquisa.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

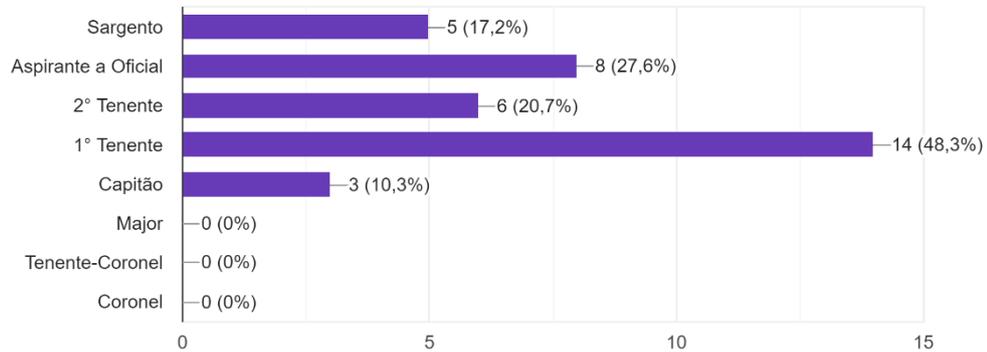
Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário virtual contendo perguntas objetivas de múltipla escolha, caixa de seleção, sendo essa com a possibilidade de ser adicionada na opção “outros” alguma resposta não incluída pelo autor da pesquisa. Foi empregado o ambiente virtual devido a distância geográfica maioria do público alvo da pesquisa facilitando assim uma melhor coleta e análise dos dados. Todas as perguntas são referentes ao tema proposto que é o emprego dos Pelotões de Fronteira em operações na selva e no combate aos problemas da Amazônia e como impacta na soberania brasileira.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Gráfico 1 – Postos e graduação dos entrevistados

1. O senhor serviu no CMA ou CMN em qual posto ou graduação?

29 respostas



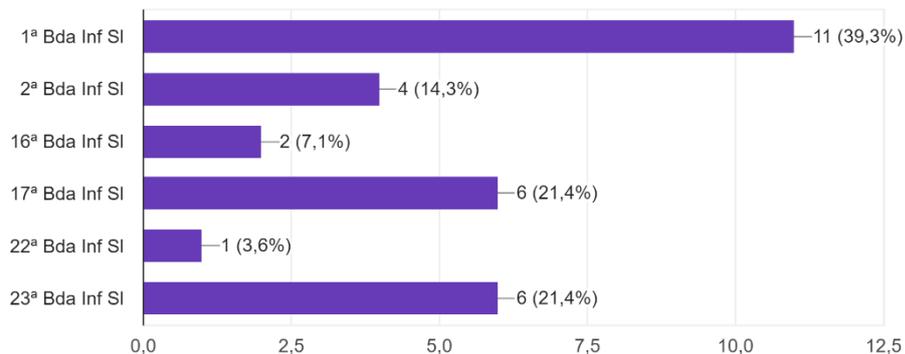
Fonte: AUTOR (2023).

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos participantes que responderam à pergunta serviram no CMA ou CMN no posto de 1º Tenente. É importante ressaltar que essas informações são apenas um retrato da amostra de participantes que responderam à pesquisa e não podem ser generalizadas para todos os militares da região. No entanto, é interessante notar a presença de uma variedade de postos e graduação entre os respondentes, o que pode refletir a diversidade das experiências e trajetórias dos indivíduos no Exército.

### Gráfico 2 – Delimitação das Bda Inf SI que os entrevistados operaram

2. O senhor serve ou serviu em quais Brigadas?

28 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

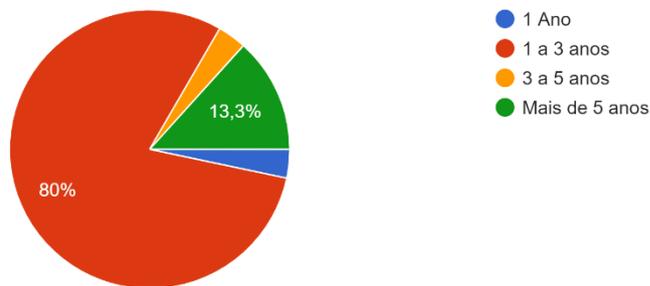
Ao analisar as respostas, foi possível observar que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), é a brigada com a maior quantidade de efetivo dos entrevistados na pesquisa. É importante destacar que essa informação pode ser relevante para a compreensão da distribuição

de recursos humanos nas diferentes brigadas e para a avaliação da capacidade operacional de cada uma delas. Além disso, é possível que outros fatores, como a localização geográfica e a missão atribuída a cada brigada, também influenciem a quantidade de efetivo. Portanto, é importante analisar esses aspectos de forma mais aprofundada para obter uma compreensão mais completa da situação.

### Gráfico 3 – Período de atuação na região

3. O senhor serviu na região por quanto tempo?

30 respostas



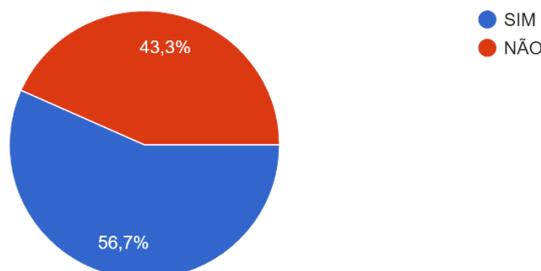
Fonte: AUTOR (2023).

Quando os participantes foram perguntados sobre o tempo que serviram na região específica, a resposta mais comum foi o período de 1 a 3 anos, que foi afirmado por 80% dos entrevistados, indicado por quase todos os entrevistados. Essa informação pode ser relevante para entender o perfil dos militares que atuam na região e para avaliar a possibilidade de haver uma rotatividade constante de efetivo. No entanto, é importante ressaltar que outros fatores podem influenciar o tempo de serviço dos militares, como a missão atribuída e as necessidades operacionais. Portanto, é necessário considerar esses aspectos em conjunto para obter uma compreensão mais precisa da situação.

### Gráfico 4 – Militares que comandaram uma Fração Especial de Fronteira

4. O senhor teve a oportunidade de exercer a função de Cmt ou SCmt de alguma fração especial de fronteira?

30 respostas



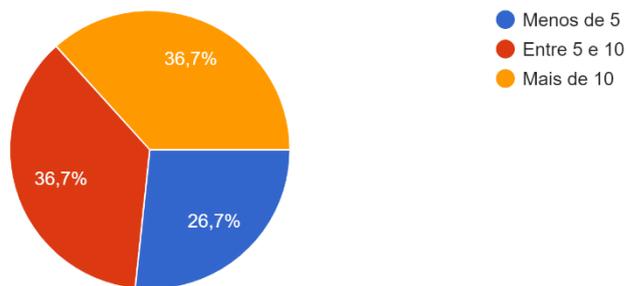
Fonte: AUTOR (2023).

Quando os participantes foram indagados se tiveram a oportunidade de exercer função de Cmt ou SCmt de um Destacamento Especial de Fronteira, 56,7% responderam ter essa experiência, sendo essa amostra importante para obter dados das ações executadas por pequenas frações na Amazônia.

### Gráfico 5 – Média de Operações realizadas por ano

5. O senhor realizou, em média, quantas operações reais por ano?

30 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

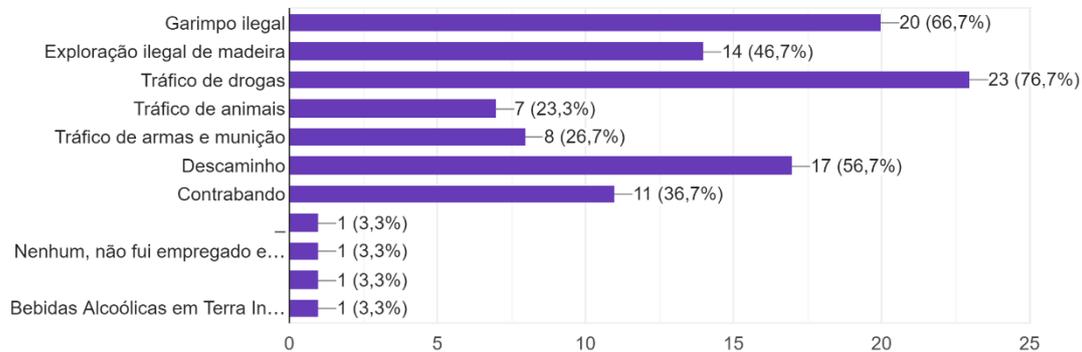
Ao analisar as respostas dos militares entrevistados, foi possível observar que a média de realização de operações por ano apresentou uma variação considerável. Enquanto 36,7% participantes relataram realizar menos de 5 operações por ano, outros 36,7% afirmaram realizar mais de 10 operações anualmente e 26,7% afirmaram realizar menos de 5 operações por ano. Essa diversidade pode ser reflexo das diferentes áreas de atuação dos militares, das missões atribuídas e do contexto operacional em que atuam.

É importante destacar que a realização de operações é uma atividade fundamental para a manutenção da segurança e da soberania do país, especialmente em áreas de fronteira e de conflito. Nesse sentido, é fundamental garantir que as forças militares estejam adequadamente preparadas e equipadas para realizar essas operações com segurança e eficácia. Além disso, é preciso considerar a qualidade das operações realizadas, buscando sempre o aprimoramento das técnicas e táticas utilizadas e o respeito aos direitos humanos e às leis nacionais e internacionais. A análise desses dados pode ser útil para a elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisões em relação à formação e a capacitação dos militares.

### Gráfico 6 – Crimes presenciados nas operações

6. Quais crimes o senhor presenciou nessas operações?

30 respostas

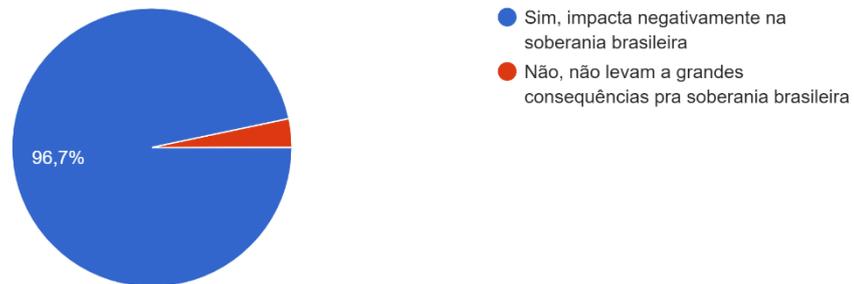


Fonte: AUTOR (2023).

### Gráfico 7 – Impacto dos crimes transfronteiriços na soberania

7. O senhor acredita que esses crimes que presenciou impacta na soberania brasileira?

30 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

A pesquisa realizada com oficiais e sargentos do exército, que atuam nas operações de fronteira do país, revelou um cenário preocupante no que diz respeito à criminalidade transfronteiriça. Dentre os crimes mais presenciados pelos militares em suas ações, destaca-se o garimpo ilegal 20 (66,7%) e o narcotráfico 23 (76,7%), ratificando assim o que foi exposto no referencial teórico.

Conforme defende Gheller, Gonzales e Melo (2018), O garimpo ilegal é uma atividade extremamente danosa ao meio ambiente, além de estar diretamente ligada a outros crimes como a exploração de trabalho escravo, tráfico de drogas e armas. De fato, a exploração ilegal de minérios é uma das principais fontes de financiamento de organizações criminosas que atuam nas fronteiras brasileiras. A extração de ouro, por exemplo, é responsável por um grande impacto ambiental, que inclui a contaminação de rios e a destruição de florestas, além de trazer sérios problemas sociais e de segurança pública.

Outro crime que merece destaque é o tráfico de drogas. As rotas do tráfico atravessam as fronteiras e muitas vezes envolvem diferentes países, tornando-se um grande desafio para as forças de segurança. O Brasil, por sua localização geográfica, é um importante corredor para o tráfico de cocaína e outras drogas provenientes da América do Sul. O problema é ainda mais grave nas regiões de fronteira, onde o controle é mais difícil e a presença do Estado é muitas vezes limitada, segundo Gheller, Gonzales e Melo (2018).

Além desses crimes, os militares também presenciam com frequência outras atividades ilícitas como tráfico de armas e munição 10 (37,7%) o contrabando 7 (25,9%), descaminho 9 (33,3%), tráfico de animais 9 (33,3%) e exploração ilegal de madeira 16 (59,3%). Todos esses crimes são extremamente prejudiciais para a economia do país, além de gerar impactos sociais e ambientais negativos.

Diante desse cenário, é fundamental que as forças de segurança estejam preparadas e equipadas para enfrentar os desafios da criminalidade transfronteiriça. É preciso fortalecer as estratégias de inteligência e coordenação entre as diferentes agências responsáveis pela segurança nas fronteiras, bem como investir em tecnologias e equipamentos que permitam um melhor monitoramento das rotas do crime.

Além disso, é importante destacar a importância do envolvimento da sociedade nesse processo. A conscientização da população sobre a gravidade dos crimes transfronteiriços pode contribuir para a prevenção e combate dessas atividades ilícitas. A sociedade civil também pode atuar como aliada das forças de segurança, denunciando situações suspeitas e auxiliando na identificação de criminosos.

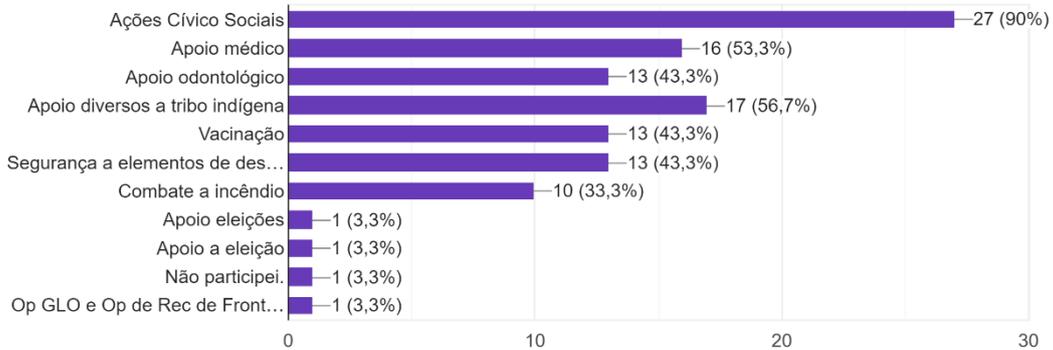
Em suma, a pesquisa realizada com os oficiais do exército nas operações de fronteira evidência a gravidade dos problemas enfrentados pelo país nessa região. O garimpo ilegal e o tráfico de drogas são apenas dois exemplos de atividades ilícitas que exigem uma atuação enérgica do Estado e da sociedade civil para serem combatidas. Somente com um esforço conjunto será possível garantir a segurança e a proteção do território nacional.

No quesito da pergunta sobre se tais crimes afetam a soberania brasileira, foram quase unânimes as respostas, com 96% dizendo que sim.

### Gráfico 8 – Operações de apoio a população

8. Nesse período que o senhor serviu na região, o senhor realizou quais tipos de missão de apoio a população?

30 respostas

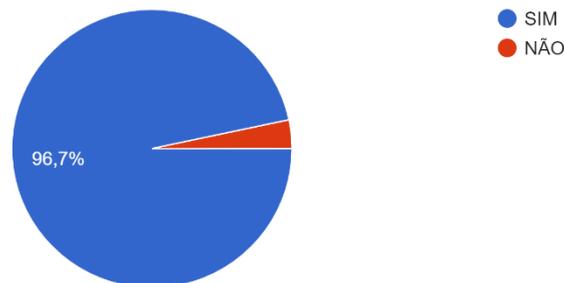


Fonte: AUTOR (2023).

### Gráfico 9 – Integração do Exército para com a população indígena

9. O senhor acredita que essas ações de apoio possam reafirmar a presença brasileira na floresta amazônica e fortalecer o vínculo com a população local e indígena?

30 respostas

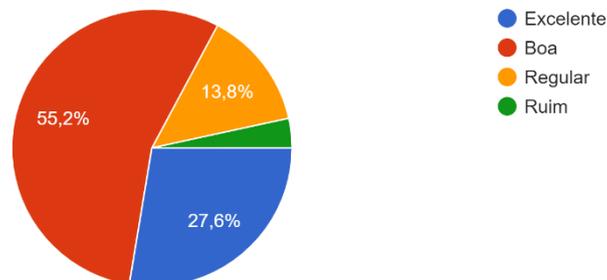


Fonte: AUTOR (2023).

### Gráfico 10 – Recepção da população indígena para com os militares

10. Como o senhor vê a recepção e o trato da população indígena para com os militares podem ser considerados:

29 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

A maioria dos militares 27 (90%) afirmou ter executado ações cívico-sociais no período que operaram na região. Essas ações representam uma importante ferramenta de

integração entre as forças militares e a população civil, além de ter como objetivo levar serviços básicos de saúde, educação e assistência social a áreas remotas ou de difícil acesso, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento humano. As ações cívico-sociais são uma importante forma de aproximação entre o Estado e a sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O apoio médico também é uma atividade crucial no contexto das missões de apoio à população e 16 (53,3%) afirmaram ter prestado esse tipo de apoio. As forças militares têm um importante papel no fornecimento de assistência médica de emergência em áreas remotas ou de difícil acesso. Esses serviços são fundamentais para o atendimento de populações vulneráveis, que muitas vezes não têm acesso a serviços de saúde básicos. Além disso, o apoio médico é uma forma eficaz de promover a imagem positiva das forças militares junto à população.

O apoio a indígenas também é uma atividade relevante no contexto das missões de apoio à população. As forças militares têm um importante papel no fornecimento de assistência médica, educação e segurança para as comunidades indígenas, que muitas vezes vivem em áreas remotas e isoladas. Além disso, as forças militares têm um importante papel na preservação da cultura e tradições indígenas, promovendo o respeito aos direitos dessas comunidades e a proteção do patrimônio cultural do país.

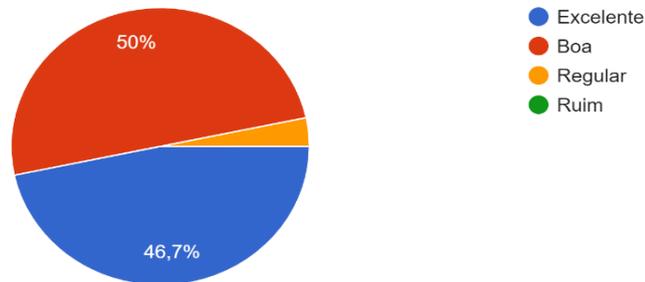
Outras atividades relevantes realizadas pelos entrevistados incluem a vacinação 13 (43,3%), o combate a incêndios 10 (33,3%) e o apoio odontológico 13 (43,3%). A vacinação é uma atividade fundamental para a prevenção de doenças e epidemias, especialmente em áreas onde o acesso a serviços de saúde é limitado. O combate a incêndios também é uma atividade importante, especialmente em regiões onde as queimadas são frequentes. Já o apoio odontológico é uma forma eficaz de promover a saúde bucal e prevenir doenças dentárias em áreas remotas ou de difícil acesso.

Em resumo, as missões de apoio à população realizadas pelas forças militares envolvem uma variedade de atividades que contribuem para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a promoção da segurança e saúde da população. As ações cívico-sociais, o apoio médico e o apoio a indígenas representam algumas das atividades mais relevantes, que demonstram o comprometimento das forças militares com o bem-estar e a proteção da população. É fundamental que essas atividades continuem a ser realizadas de forma eficaz e integrada, em benefício de toda a sociedade. A maioria acredita que fortaleceu o vínculo com a população indígena, com 96,7% das respostas. Com relação à recepção dos indígenas para com a tropa, 27,6% consideram excelente e 55,2% consideraram o tratamento bom.

### Gráfico 11 – Opinião Pública da região para com o Exército Brasileiro

11. Como o senhor analisa a opinião pública na região amazônica em relação ao Exército Brasileiro?

30 respostas

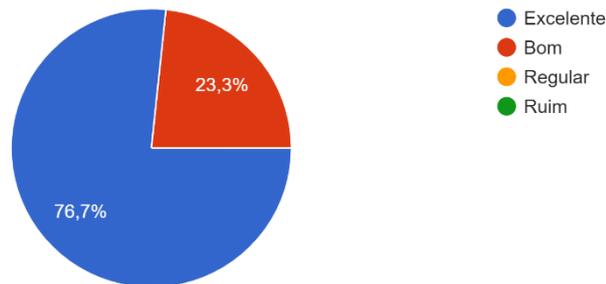


Fonte: AUTOR (2023).

### Gráfico 12 – Trabalho realizado pelas frações de Infantaria

12. Como o senhor avalia o trabalho realizado pelas frações de Infantaria na Amazônia?

30 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

### Gráfico 13 – Possibilidade de criação de mais Unidades de Infantaria na região

13. O senhor acredita que seja necessário que se criem novos Btl Inf SI e mais Destacamentos Especiais de Fronteira na região Amazônica?

30 respostas



Fonte: AUTOR (2023).

Uma das perguntas realizadas na pesquisa com oficiais do exército diz respeito à importância do papel das forças militares na opinião pública da população. 46,7% dos entrevistados afirmaram ser Excelente e 50% consideram boa a opinião pública com relação ao Exército. É inegável que as forças militares exercem um importante papel na construção da imagem do Estado e na promoção da segurança e da defesa nacional. As forças militares são vistas como uma instituição confiável e respeitada pela sociedade, o que contribui para a sua legitimidade e para o cumprimento das suas missões.

Outra pergunta realizada na pesquisa diz respeito à autoavaliação realizada pelas tropas que atuam na Amazônia. 76,7% consideram que o trabalho desempenhado por essas tropas são excelentes e 23,3% afirmaram ser bom. É importante destacar que a autoavaliação é uma ferramenta fundamental para o aprimoramento contínuo das atividades militares. Ao avaliar o seu próprio desempenho, as tropas podem identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades de melhoria. Isso permite que as forças militares possam aprimorar as suas atividades, otimizar os recursos disponíveis e garantir a eficácia das missões.

Por fim, a pesquisa também questionou a necessidade de criação de novos Batalhões de Infantaria de Selva e de destacamentos especiais de fronteira na região amazônica. A resposta dos militares foi clara: 83,3% concordaram com a necessidade de criação de novas unidades militares. Isso reflete a importância estratégica da região amazônica para a segurança e a defesa nacional, bem como a complexidade das atividades militares que são desempenhadas na região.

Em resumo, a pesquisa realizada com oficiais do exército aponta para a importância das forças militares na construção da imagem do Estado e na promoção da segurança e defesa nacional. A autoavaliação das tropas e a necessidade de criação de novas unidades militares na região amazônica são indicadores da busca constante das forças militares pela excelência operacional e pela melhoria contínua das atividades desempenhadas. É fundamental que o Estado continue a investir nas forças militares, de modo a garantir a eficácia das suas missões e a proteção da soberania e integridade do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise do arcabouço teórico deste estudo, foi possível compreender que, à medida que o conceito de segurança se expandiu, as nações tornaram-se mais expostas a vulnerabilidades. Isso, por sua vez, explana como as vicissitudes que a Amazônia enfrenta podem incidir sobre a soberania da Pátria. Conseqüentemente, considerando que o Exército Brasileiro é um legítimo guardião do território nacional, torna-se patente que os Batalhões de Infantaria de Selva desempenham uma missão crucial nessa região. A partir das investigações bibliográficas, documentais e do questionário delineado no referencial metodológico, é possível constatar que as principais ameaças à Amazônia (a saber: narcotráfico e discursos intervencionistas de potências globais) são enfrentadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira. Tal conjuntura se deve, em virtude das inúmeras operações realizadas anualmente no combate ao tráfico de drogas, o que coíbe esse tipo de delito e os outros que lhe são correlatos. Ademais, essas frações militares prestam apoio à população local (indígena ou não) e atuam nos principais ilícitos ambientais, fato que invalida a retórica internacional acerca de pretextos ambientalistas e indigenistas (pretextos utilizados para intervir no Brasil). Importa salientar que, ao prover auxílio aos indivíduos da Amazônia, em especial os índios, os pelotões de infantaria evidenciam a presença do Estado naquele território, reforçando, por conseguinte, o senso de pertencimento dessas pessoas ao Brasil.

Nessa toada, quando se analisam as operações dos pelotões de infantaria no enfrentamento dos entraves da Amazônia, torna-se patente que essas frações ostentam uma magnitude preponderante para o Exército Brasileiro, visto que seus *modus operandi* possuem uma incidência amplamente benéfica na salvaguarda da soberania nacional. Esse desfecho decorre do fato de que os pelotões, além de conservarem a independência da nação, logram angariar o apoio da população, fortalecendo, por conseguinte, o sentimento de identidade do povo com a Pátria.

Derradeiramente, urge ressaltar que a Amazônia é o maior patrimônio do Brasil e uma região extremamente suscetível à preservação de sua independência. Por tal razão, é premente que o Exército Brasileiro, não só prossiga em suas ações com os Batalhões de Infantaria de Selva já existentes, como, igualmente, procure ampliar a quantidade dessas unidades na região amazônica, no escopo de potencializar a presença militar nessa zona estratégica, coadjuvando, assim, na proteção da soberania brasileira. A criação de novas unidades militares na região amazônica permitiria o aumento da capacidade operacional das forças militares, o fortalecimento do controle da fronteira e a melhoria da segurança e defesa do país. Além disso,

a criação de novas unidades também contribuiria para a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que as forças militares poderiam desempenhar atividades de apoio à população, como as ações cívico-sociais e o apoio médico.

## REFERÊNCIAS

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. **Síntese histórica**. 2023. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/sintese-historica>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. **Presença ou ocupação na faixa de fronteira? O dilema dos pelotões especiais de fronteira no combate contra as novas ameaças**. Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Niterói: Anais do ENABED, 2012.

FERREIRA, Vagner; SOFFNER, Renato Kraide. Uma experiência educativa sociocomunitária na Amazônia: o Projeto PROFESP do 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF) do Exército Brasileiro, na comunidade de Pacaraima-Roraima (p. 79-94). **Revista de Ciências da Educação**, p. 79-94, 2018.

GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015. 645 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831\\_amazonia\\_e\\_atlantico\\_sul\\_web.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_amazonia_e_atlantico_sul_web.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

GUAITA, Humberto André Prazeres. **A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte do Rio Amazonas para a integração nacional, a partir da década de 1980**. 2022.

HUSS, Dourival; PELLANDA, Paulo Cesar. **Os Pelotões de Fronteira da Amazônia**. A Defesa Nacional, v. 81, n. 769, 1995.

LAMBERTI, Everton Balbinot. **Atuação do Exército Brasileiro para a garantia do desenvolvimento da região Amazônica**. 2020.

MARQUES, Adriana A.; MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a “Segurança Democrática” e a “Defesa Integral”**: Uma Análise de Duas Doutrinas Militares no Canto Noroeste do Subcontinente Sul-Americano. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 18 mar. 2023.

NASCIMENTO, Messias Luiz do; SÁ, Alcindo José de. **5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA: TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES NA “CABEÇA DO CACHORRO-AM”**. **Revista de Geografia** (Recife), v. 23, n. 2, p. 34-54, 2008.

NASCIMENTO JUNIOR, Edvaldo Nunes. **O emprego das companhias e pelotões especiais de fronteira do comando de fronteira acre na defesa da amazônia no contexto das ameaças não tradicionais**: uma proposta de atualização do guia do comandante de fronteira. 2019.

- NUNES, Arthur et al. **A observação aérea em prol das operações militares nas fronteiras da Região Amazônica.** Doutrina Militar Terrestre em Revista, v. 3, n. 7, p. 62-71, 2015.
- PERES, Thiago Ferraz de Barros. **As comunicações no 3º pelotão especial de fronteira (PEF)–Vila Bittencourt por meio do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): Uma proposta futura no controle de ilícitos transfronteiriços na Amazônia.** 2018.
- PNUMA/OTCA. **Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia:** Geo Amazônia. 2008. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/geoamazonia\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf). Acesso em: 27 mar. 2023.
- RODRIGUES, Caio César de Almeida. **A atuação dos pelotões especiais de fronteira na Amazônia no tocante ao narcotráfico e outros crimes transfronteiriços no período de 2015 a 2017.** 2019.
- SILVA, Igor Vinícius Luciano. **O pelotão de infantaria no combate aos problemas da Amazônia e como isso pode impactar na soberania brasileira.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) - Curso de Infantaria. Academia Militar das Agulhas Negras de 2020.
- TARGINO SILVA, C.; DANTAS, B. R.; MELQUIADES SILVA, A; PACHECO, C. V. R.; MARQUES, K. G. A evolução Teórica do Conceito de Segurança e a Percepção das Novas Ameaças pela Região Andina e o Cone Sul. **Revista XII Congresso Acadêmico Sobre Defesa Nacional**, v. 1, p. 35, 2015.
- TORRES, Alexandre de Lima. **A contribuição do Exército Brasileiro para a defesa e desenvolvimento da Amazônia Ocidental.** 2020.
- TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber:** Geografia. São Paulo: Quinteto, 2018. 256 p.
- VILLA, Rafael Duarte. **A segurança global multidimensional.** Lua Nova [online]. 1999, n.46, pp.99-118. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a05n46.pdf>. Acesso em: 12 mar de 2023.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário: O emprego de frações de infantaria na Amazônia

O questionário foi composto pelas questões e respostas abaixo e foi baseado em um questionário feito pelo 1.º Ten Igor Silva em seu Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2020. Nas caixas de seleção o militar entrevistado poderia selecionar mais de uma opção e ainda poderia adicionar outra opção não listada pelo autor da pesquisa. Na questão de múltipla escolha só poderia ser selecionada uma opção.

É importante ressaltar que antes do militar responder o questionário, o entrevistado tinha que se mostrar ciente e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B).

Antes de iniciar a pesquisa, o senhor concorda com o termo acima? (Múltipla Escolha)

- a) Sim
- b) Não

1) O senhor serviu no CMA ou CMN em qual posto ou graduação? (Caixa de seleção)

- a) Sargento
- b) Aspirante a Oficial
- c) 2º Tenente
- d) 1º Tenente
- e) Capitão
- f) Major
- g) Tenente-Coronel
- h) Coronel

2) O senhor serve ou serviu em quais Bda? (Caixa de seleção)

- a) 1ª Bda Inf Sl
- b) 2ª Bda Inf Sl
- c) 16ª Bda Inf Sl
- d) 17ª Bda Inf Sl
- e) 22ª Bda Inf Sl
- f) 23ª Bda Inf Sl

3) O senhor serviu na região por quanto tempo? (Múltipla escolha)

- a) 1 Ano
- b) 1 a 3 anos
- c) 3 a 5 anos
- d) Mais de 5 anos

4) O senhor teve a oportunidade de exercer a função de Cmt ou SCmt de alguma fração especial de fronteira? (Múltipla escolha)

- a) Sim
- b) Não

5) O senhor realizou em média quantas missões reais por ano? (Múltipla escolha)

- a) Menos de 5
- b) Entre 5 e 10
- c) Mais de 10

6) Quais crimes o senhor presenciou nessas operações? (Caixa de seleção)

- a) Garimpo ilegal
- b) Exploração ilegal de madeira
- c) Tráfico de drogas
- d) Tráfico de animais
- e) Tráfico de armas e munição
- f) Descaminho
- g) Contrabando
- h) Outros: \_\_\_\_\_

7) O senhor acredita que esses crimes que presenciou impacta na soberania brasileira?  
(Múltipla escolha)

- a) Sim
- b) Não

8) Nesse período que o senhor serviu na região, o senhor realizou quais tipos de missões em apoio a população? (Caixa de seleção)

- a) Ações cívico-sociais
- b) Apoio médico
- c) Apoio odontológico
- d) Apoio a diversas tribos indígenas
- e) Vacinação
- f) Segurança a elementos de desenvolvimento a infraestrutura
- g) Combate a incêndio
- h) Outros: \_\_\_\_\_

- 9) O senhor acredita que essas ações de apoio possam reafirmar a presença brasileira na floresta amazônica e fortalecer o vínculo com a população local e indígena? (Múltipla escolha)
- a) Sim
  - b) Não
- 10) Como o senhor vê a recepção e o trato da população indígena para com os militares podem ser considerados? (Múltipla escolha)
- a) Excelente
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
- 11) Como o senhor analisa a opinião pública na região amazônica em relação ao Exército Brasileiro? (Múltipla escolha)
- a) Excelente
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
- 12) Como o senhor avalia o trabalho realizado pelas frações de infantaria na Amazônia? (Múltipla escolha)
- a) Excelente
  - b) Bom
  - c) Regular
  - d) Ruim
- 13) O senhor acredita que seja necessário que se criem novos Btl Inf SI e mais Destacamentos Especiais de Fronteira na região amazônica? (Múltipla escolha)
- a) Sim, é de grande valia a criação de novos Btl Inf SI na região
  - b) Não, não vejo necessidade da criação de novos Btl Inf SI na região.

## **ANEXO A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "O emprego das frações de infantaria na Amazônia" sob a responsabilidade do pesquisador JOÃO VICTOR DE SOUSA OLIVEIRA e orientação do Capitão Phelipe Menezes Maia. A presente pesquisa pretende analisar a o emprego das frações de infantaria em operações na selva e no combate aos problemas da Amazônia e como isso impacta na soberania nacional. Sua participação é de caráter voluntário e se dará como segue:

Coleta de dados: a pesquisa terá como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários e realização de entrevistas com militares que já serviram no CMN ou CMA.

Destino dos dados coletados: o pesquisador será o responsável pelos dados originais coletados por meio de questionários e entrevistas, permanecendo de posse dos mesmos por um período de 5 (cinco) anos, quando então os mesmos serão destruídos. Os dados originais serão guardados, tomando-se todo o cuidado necessário para garantir o anonimato dos participantes. As informações coletadas no decorrer da pesquisa, bem como os conhecimentos gerados a partir dos mesmos não serão utilizadas em prejuízo das pessoas ou da instituição onde a pesquisa será realizada. Os dados coletados por meio de questionários e entrevistas serão utilizados para a dissertação a ser apresentada a graduação de bacharelado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, bem como para divulgar os dados por meio de publicações em periódicos e/ou apresentações.

Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa: o possível risco que a pesquisa poderá causar aos voluntários é que os mesmos poderão sentir-se desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio da aplicação de questionários ou na realização de entrevistas. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, aos participantes ficam-lhes garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que achem por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados.

Garantias e indenizações: fica garantido o direito às indenizações estabelecidas em lei aos indivíduos que, por algum motivo, sofrerem qualquer tipo de dano pessoal ou material causado pelos instrumentos, ou técnicas de coleta de dados. O participante tem o direito de ser informado a respeito dos resultados parciais e finais da pesquisa, para isto, a qualquer momento do estudo, terão acesso aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de suas dúvidas; O participante não terá nenhum custo algum, nem receberá qualquer vantagem financeira no desenvolver da pesquisa, nem tampouco após sua conclusão; as respostas aos questionários e as entrevistas com professores ocorrerão em dia e horário convenientes para o participante; o participante poderá recusar participar da pesquisa ou optar por abandonar a pesquisa a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (21) 993720848, inclusive ligações a cobrar, ou e-mail: joaovictoroliveira1509@gmail.com